

DÍVIDA EXTERNA

Guerreiro quer latinos unidos para vencer recessão

BRASILIA — O Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, não considera distante o momento em que os países da América Latina sentem-se à mesa de negociações com as nações credoras de seu endividamento externo.

Em entrevista ao GLOBO, às vésperas da reunião de chanceleres e ministros da área econômica dos países latino-americanos, marcada para Cartagena, nos próximos dias 21 e 22, o Ministro equilibra-se no delicado contexto das relações entre devedores e credores. Guerreiro reconhece que há um estágio de negociações individuais entre esses países, mas chama a atenção para a necessidade de um esforço comum que reverta, com nitidez, o quadro econômico recessivo enfrentado pelos países da região.

O chanceler brasileiro, apesar de não citar parâmetros para essa recuperação econômica, deixa claro que o agravamento desse quadro pode conduzir a desequilíbrios sociais e políticos imprevisíveis. Por isso, prefere não acreditar na possibilidade de o Governo brasileiro decretar a moratória de seus pagamentos externos, embora não descarte de todo essa alternativa, caso não se chegue a resultados concretos nas negociações com os credores.

O Ministro, que ressalta sua confiança na racionalidade das relações entre os países, concedeu a seguinte entrevista, dois dias antes do encerramento da reunião dos sete países industrializados, em Londres:

O GLOBO — Na carta divulgada pelos sete países latino-americanos, na última quarta-feira, os presidentes manifestaram a expectativa de que seja possível definir ações integradas no campo externo, com base em critérios de justiça e equidade. Que critérios são esses?

GUERREIRO — Evidentemente, essa noção de justiça é sempre sujeita, quanto a seu conteúdo, a interpretações diferentes. A posição latino-americana expressa na carta é em torno de um diálogo construtivo. Consideramos, como temos dito muitas vezes, que há convergência de interesses, do ponto de vista político, entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos em torno da expansão da economia, da melhoria das condições de vida e da criação de estímulos aos processos democráticos da América Latina. Acreditamos que há uma série de pontos em torno dos quais é possível procurar, racionalmente, soluções convergentes com os países desenvolvidos. E isso dá um certo conteúdo a essa expressão de justiça.

O GLOBO — O que seria um quadro mais propício às pretensões latino-americanas?

GUERREIRO — O que se procura é um alívio nas condições da negociação da dívida. Do ponto de vista mais imediato, é óbvio que essa intensificação da ação em nível político foi desencadeada pela imprevisibilidade da taxa de juros, pela rapidez com que ela recomeçou a ascender. Mas nós todos nos sensibilizamos, não só com a nossa situação, como também com a situação de outros países. Nós estamos vendo efeitos que, em alguns países, já estão provocando um risco muito visível de desestabilização social e política.

O GLOBO — No período de 1979 a 82, as taxas de juros internacionais apresentaram elevação tão ou mais substancial do que a atual. Por que não ocorreu uma ação conjunta, naquela época, dos devedores latino-americanos, como agora? O que mudou de lá para cá?

GUERREIRO — Havia liquidez muito maior no sistema financeiro internacional e uma possibilidade de fluxos de financiamento que funcionou com grande rapidez, naquele período, para suprir as necessidades dos países devedores. A partir de 1982, sobretudo, houve uma espécie de paralisação dos meios financeiros internacionais. A moratória de fato do México e o episódio das Malvinas criaram, sob o ponto de vista psicológico, grave erupção no sistema financeiro. Então, não foi possível fazer com a mesma flexibilidade de antes aquilo

Temos tido frustrações em foros internacionais. Temos visto manifestações contra o protecionismo sem resultados concretos. Mas não podemos apostar na desesperança

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO
Ministro das Relações Exteriores



que se chama de 'rolamento da dívida'. Essa é a diferença. Não é que a situação de 78 ou 82 fosse boa. Foi terrível, por causa da crise do petróleo. Foi terrível o aumento das taxas de juros que, em 80 e 81, chegaram a níveis altíssimos, mais altos que os de hoje.

O GLOBO — Os países latino-americanos teriam acreditado que os mecanismos normais do sistema financeiro seriam suficientes para acomodar essa situação, sem a necessidade de lançar mão de instrumentos políticos como agora?

GUERREIRO — Em parte. Existe a questão do tempo e da persistência de uma certa situação recessiva. Você pode fazer isso por um ano, dois anos, mas para que seja aceito é necessário uma esperança. É também uma questão de amadurecimento de certas idéias. A percepção da gravidade da situação obviamente não é de 84, ela vem de muito antes. Lembre-se do discurso do Presidente Figueiredo na Assembleia da ONU, em setembro de 82. Foi um alerta, um apelo para que se considerasse a situação econômica, em todos os seus aspectos e repercussões de ordem social, política e econômica. A consciência e a percepção existiam. Sempre houve da parte dos países industrializados a idéia de que o sistema financeiro tinha enfrentado situações particularmente difíceis, de certo modo inesperadas, como o choque do petróleo, com a consequente redistribuição dos recursos financeiros, é de que seria possível ir levando adiante. Tem havido esforços, não se pode negar, da parte dos bancos, mas, nesse período de 81 a 82, era visível que esse processo iria desembocar numa crise mais grave. No início dos anos 80, de repente, de modo imprevisível, criou-se uma retração do sistema financeiro, não só porque havia menos liquidez, menos recursos novos para reciclar, redistribuir, como porque alguns países chegaram ao ponto de realmente entrarem em moratória.

O GLOBO — Houve alguma motivação específica para que os países latino-americanos se unissem?

GUERREIRO — Não, porque como está dito e todo mundo entende, as negociações das dívidas são individuais, cada país tem a sua forma de negociar, embora todos os latino-americanos sejam países em desenvolvimento. Mas há algo comum a todos eles que é o fato de que recorreram à poupança externa para o seu desenvolvimento e de que terão de continuar a recorrer no futuro. Todos eles são países, com raríssimas exceções, que estão numa fase de institucionalização democrática por isso é necessário que sejam atendidas as necessidades e expectativas de cada um.

O GLOBO — O senhor fala da vinculação entre a negociação externa e o processo de democratização dos países devedores. No caso brasileiro, de que forma os resultados dessa negociação afetam a sucessão presidencial?

GUERREIRO — Ou o processo constitucional de cada país decorre de um movi-

mento autêntico, endógeno, ou não vinga. Mas é óbvio que um alívio em termos econômicos tornaria mais fácil esse processo. É preciso também lembrar que o Brasil, pelo que representa na América Latina, não pode deixar de ser sensível ao que se passa com seus vizinhos. Não podemos agir como se fôssemos um país totalmente marginal. De qualquer forma, temos os mesmos problemas, não podemos ignorar os efeitos que porventura possam ocorrer sobre os países amigos.

O GLOBO — O impacto mais forte da atual elevação dos juros internacionais terá reflexos, principalmente, a partir de 85, quando estará empossado um novo Presidente no Brasil. Além disso, há uma forte concentração de pagamentos externos no período de 85 a 87. Não seria conveniente uma maior participação das forças políticas representativas da sociedade nos entendimentos conduzidos agora, para que haja continuidade no futuro?

GUERREIRO — O Governo atual é responsável até o último dia. O Governo não está trabalhando apenas para o presente. Pelo contrário, quando procuramos melhorar, fazer um esforço político em cooperação com outros latino-americanos, esperando também cooperação dos países desenvolvidos, não estamos trabalhando apenas para o Governo Figueiredo mas para o País. Qualquer melhoria que se consiga nesse quadro de negociações pode vir a ser muito mais benéfica e começar a produzir resultados mais favoráveis para o próximo Governo. A nossa obrigação é trabalhar desde já. Aliás, é de se notar que esse tipo de esforço foi muito bem compreendido nos meios políticos de todos os matizes.

O GLOBO — A mobilização diplomática em torno da dívida externa brasileira significa que o Governo aderiu a uma antiga proposta das oposições brasileiras?

GUERREIRO — É tudo uma questão de evolução. Sempre houve uma ação do Governo brasileiro nos dois níveis. O nível da negociação da dívida em termos operacionais teve de ser feito segundo as condições que existiam, devido à essa angústia de tempo. Mesmo durante esse período, lembro-me bem que posições de ordem geral iam além, buscavam justamente chamar a atenção, alertar para o fato de que as regras do sistema não estavam funcionando bem, em termos de prazos e outras condições. Agora, houve uma evolução natural e uma intensificação no momento em que amadureceu a necessidade de uma manifestação política. Isso pode ser atribuído a várias causas, à própria questão de passagem do tempo. O que detonou esse momento foi a rapidez com que as taxas de juros voltaram a crescer, desequilibrando os planos e criando uma expectativa muito sombria para o futuro.

O GLOBO — Na área econômica do Governo brasileiro existe a convicção de que a via diplomática não se traduz em soluções práticas para os problemas econômicos. O que o senhor acha?

GUERREIRO — Acho que é uma impressão perfeitamente normal. A negociação com os bancos é uma muito dura, quase um contrato de adesão, as flexibilizações vem muito pouco a pouco, aqui ou ali, em detalhes. Mas nós acreditamos que, sem dúvida alguma — já existem todos os indícios nesse sentido — o esforço de persuasão pela via diplomática acaba por filtrar-se, facilitando a negociação operacional. A declaração dos sete presidentes latino-americanos não pode deixar de ter um certo efeito, do ponto de vista político, sobre a importância que esses países atribuem a um exame sério do problema, à criação de um quadro mais propício para a negociação da dívida. Isso tem inegavelmente um certo peso político. É difícil você medir mecanicamente, mas é natural que o homem que está negociando tecnicamente veja as coisas fechadas dentro das regras existentes, embora ele mesmo deseje que elas sejam um pouco mais flexíveis.

O GLOBO — A iniciativa de uma ação conjunta dos devedores não esbarra em posições, como as de Jacques de Larosière, do FMI, de que é preciso dar um tratamento diferenciado aos países devedores, de acordo com o sucesso de seus programas de ajustamento econômico?

GUERREIRO — A renegociação em si pode ser individual, variar de País para País, essencialmente. Para uns, maior prazo de carência; para outros um período de amortização prolongado. A taxa de juros é um grande problema. De modo que há variações. Mas em todos os casos, é necessário pensar em uma forma de suavização dos termos.

O GLOBO — A reunião de Cartagena, entre os ministros dos países latino-americanos, marcará um avanço nas reivindicações já colocadas?

GUERREIRO — Isso vai depender do grau de interação entre os vários países. Nós não temos a pretensão de ditar essa reunião. Nós nos entendemos com um dia, logo muito fluido com outros países, de outra forma não teria sido possível redigir o texto da declaração. Redigir um texto de uma carta entre vários países na base do telefone e do telex é prova de que há confiança. Trata-se de um trabalho político de aproximação, de vários anos, sobretudo no período do Governo Figueiredo. É preciso lembrar que não temos controvérsia com ninguém, mas uma reunião de ministros não faz sentido a não ser que eles desçam a nível de especificação maior do que na declaração dos chefes de estado.

O GLOBO — Os sete países latino-americanos manifestaram a expectativa de um pronunciamento político favorável às suas reivindicações por parte das nações industrializadas, mas Reagan e Margaret Thatcher, antes mesmo da reunião, deram sinais de inflexibilidade.

GUERREIRO — Temos que se fazer uma análise de certos pontos. Por exemplo, em matéria de taxas de juros os países europeus têm pontos diferentes dos nossos. São países em que os efeitos dessas taxas de juros não se transmitem de uma forma tão dramática à vida do povo, da população. Nenhum de nós pretende desconhecer também as circunstâncias da política norte-americana. Mas há uma consciência crescente nos países industrializados, da existência do problema. Nota-se isto nos meios acadêmicos dos Estados Unidos, nos comentaristas da imprensa especializada, até mesmo em jornais de leitura generalizada. Há uma crescente sensibilização pelo problema até mesmo nos meios bancários, porque o problema existe.

O GLOBO — Qual a atitude brasileira ante uma possível reação negativa dos países industrializados?

GUERREIRO — Nós teremos de enfrentar o problema mais adiante. Podemos não conseguir tudo o que queríamos, mas algum tipo de reação positiva acredito que esteja na consciência de todos os países. Talvez eu esteja sendo otimista, mas acredito na racionalidade, na percepção das pessoas e dos governos.